



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

DFD - REDIMENSIONAMENTO DE DEMANDA

(art. 13 c/c art. 42 da [Resolução Presi 18/2024](#))

Redimensionamento de demanda após a aprovação definitiva do PCA: se, após a aprovação da versão definitiva do PCA, for verificada a necessidade de redimensionamento de demanda já aprovada pelo Comitê Gestor de Contratações, a unidade requisitante deverá, com a anuência da respectiva unidade gestora superior, formalizar o pedido de alteração por meio deste formulário e encaminhá-lo à unidade de compras, contendo:

- Dados atualizados da contratação
- Indicação expressa das alterações
- Justificativa das alterações pretendidas

a) ID/Ano de referência do PCA (informe o ID do DFD conforme aprovado no PCA + ano de referência do PCA)

- Link do PCA: <https://www.trf1.jus.br/trf1/compras-licitacoes-e-contratos/plano-de-contratacoes-anual----pca>.
- Unidade Requisitante: SECIN - DIOPE - DIVISÃO DE OPERAÇÃO DE CENTRO DE DADOS.
- Id da Futura Contratação: TRF1_DIOPE_006_2025
- Classificação: Serviços de TIC.
- Descrição: Contratação do serviço de consultoria PostgreSQL para o TRF1.

b) Indicação expressa das alterações propostas

O quantitativo de horas de consultoria será ajustado de 180 (cento e oitenta) para 375 (trezentas e setenta e cinco), em razão da necessidade de adequação à demanda efetivamente identificada durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar. Em decorrência desse redimensionamento, o valor estimado da contratação passará a ser de , em substituição ao montante inicialmente registrado de .

c) Justificativa para a alteração pretendida

Quando da inclusão da demanda no SPCA, o quantitativo de horas foi inicialmente limitado em razão do valor unitário então estimado em . Entretanto, durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (23491833) foi realizado levantamento de mercado, que resultou na redução do valor da hora técnica. Essa adequação possibilitou uma nova análise do quantitativo necessário, ocasião em que se decidiu manter o mesmo volume do contrato anterior, passando de 500 (quinhentas) para 375 (trezentas e setenta e cinco) horas de consultoria especializada. Tal redução reflete a demanda real observada ao longo da vigência contratual, revelando-se suficiente para atender às necessidades técnicas atuais do TRF1

1. Unidade requisitante (inc. I)

1.1. DIOPE - DIVISÃO DE OPERAÇÃO DE CENTRO DE DADOS.

2. Descrição sucinta da demanda (inc. IV)

2.1. Contratação de serviços especializados de consultoria, sob demanda, para o software de banco de dados PostgreSQL, visando atender as necessidades do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1.

3. Justificativa da necessidade da contratação (inc. V)

3.1. O funcionamento eficiente dos sistemas de informação de qualquer organização depende diretamente da estabilidade e desempenho dos softwares gerenciadores de banco de dados (SGBD), já que são eles os responsáveis por armazenar, organizar, relacionar, otimizar e disponibilizar os dados utilizados pelas aplicações.

3.2. O último contrato de consultoria especializada em PostgreSQL foi celebrado em 2019 e teve sua vigência encerrada no final de 2024, ao atingir o limite legal de 60 (sessenta) meses, conforme estabelece a Lei n. 8.666/1993. Desde então, o TRF1 encontra-se sem cobertura contratual para consultoria especializada nessa tecnologia, o que representa um risco operacional relevante, considerando a criticidade dos sistemas sustentados e a necessidade permanente de assegurar alta disponibilidade e desempenho.

3.3. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) adota o PostgreSQL como tecnologia base para seus sistemas estratégicos. Desde a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), esse SGBD tornou-se pilar fundamental para o funcionamento seguro e contínuo da aplicação. Em 2025, a infraestrutura de Banco de Dados do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) também foi migrada para PostgreSQL, reforçando ainda mais a centralidade dessa tecnologia para a operação da Justiça Federal da 1ª Região. Há, ainda, projetos em andamento para migração de outros sistemas utilizados pelo TRF1 para essa tecnologia de SGBD.

3.4. Diante do crescimento das demandas institucionais e da crescente dependência dos sistemas informatizados, torna-se indispensável garantir o funcionamento pleno e otimizado dos bancos de dados. Dessa forma, a consultoria especializada em PostgreSQL apoiará a equipe técnica, orientando na criação e manutenção de projetos de infraestrutura, acompanhando implantações e oferecendo apoio estratégico em situações críticas.

3.5. O PostgreSQL integra a infraestrutura crítica do PJe e SEI. Assim, a consultoria será responsável por propor e implementar melhorias no desempenho dos bancos de dados desses sistemas, apoiar na correção de problemas relacionados a baixa performance das aplicações, elaborar relatórios técnicos de causas e soluções, bem como contribuir em processos de migração de dados. Essa atuação reduzirá riscos de falhas, aumentará a eficiência operacional e trará maior confiabilidade ao ambiente computacional da instituição.

4. Riscos da não contratação (inc. VI)

4.1. A ausência de contratação da consultoria especializada poderá acarretar os seguintes impactos:

4.1.1. Aumento do risco de falhas dos sistemas PJe e SEI, com prejuízo direto à prestação jurisdicional e ao funcionamento das áreas

administrativas.

4.1.2. Degradação do desempenho das aplicações, ocasionando lentidão, instabilidade e redução da produtividade de magistrados, servidores e demais usuários.

4.1.3. Maior exposição a vulnerabilidades de segurança e à possibilidade de corrupção de dados, em razão da ausência de consultoria especializada e da dificuldade em implementar medidas preventivas e corretivas de forma tempestiva.

5. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais (inc. VII)

5.1. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI para 2021-2026 aprovado pela resolução CJF-RES-685/2020 de 15 de dezembro de 2020.

5.1.1. ID. 01 - Aperfeiçoar e assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.

5.2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da Primeira Região – PDTI-TRF1 2024/2026, aprovado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região - CGTI-JF1, PAe 0017764-50.2024.4.01.8000.

5.2.1. PDTI-2024-056 - Prover suporte e consultoria para o Banco de Dados utilizado pelo Pje.

5.3. Alinhamento ao Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - PCSTI 2025.

5.3.1. ID 51237 - Contratação do serviço de consultoria PostgreSQL para o TRF1.

5.4. Plano de Contratação Anual PCA 2025.

5.4.1. TRF1_DIOPE_006_2025 - Contratação do serviço de consultoria PostgreSQL para o TRF1.

5.5. Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça Federal da 1ª Região (14003741).

6. Código correspondente, no mínimo, ao nível referente à classe dos materiais (CATMAT) ou ao grupo dos serviços e das obras (CATSER) (inc. VIII)

7. Estimativa da quantidade a ser contratada (inc. IX)

8. Estimativa preliminar do valor da contratação (inc. X)

9. Indicação do código de Requisição de Disponibilidade Orçamentária - RDO que custeará a contratação, quando houver (inc. XI)

Obs.: os dados correspondentes aos tópicos 6, 7, 8 e 9 devem ser informados conjuntamente.

ITE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DO ITEM	QUAN	UNIDAD DE MEDIDA	VALOR UNITÁ	VALOR ESTIMADO TOTAL	RDO
1	Consultoria para banco de dados PostgreSQL, sob demanda	BR27332	375	Horas			

10. Quantidade estimada de meses da vigência inicial do contrato (inc. XII)

12 meses

11. Projeção de execução orçamentária para cada exercício de execução contratual (inc. XIII)

12. Data prevista para entrega dos bens e/ou início da prestação dos serviços (inc. XIV)

Janeiro/2026

13. Forma prevista para a contratação (inc. XV)

Pregão - art. 28, I, Lei 14.133/2021.

14. Vinculação ou dependência, se houver, com a contratação de outro item para sua execução (inc. XVI)

Não se aplica.

15. Indicar se o objeto é passível de contratação por meio de compra compartilhada (inc. XVII)

Não se aplica.

16. Critérios de sustentabilidade e acessibilidade (inc. XVIII)

16.1. A equipe de planejamento não vislumbrou a necessidade de exigências especiais em cumprimento aos critérios de sustentabilidade ou acessibilidade, considerando que o objeto pretendido não envolve entrega de produtos ou bens por meio físico, bem como não há alocação de mão de obra residente nas instalações do Tribunal e os serviços serão prestados quase sempre pela via remota.

17. Grau de prioridade da contratação (inc. XIX)

Médio (nível 3), quando a impossibilidade de contratação provoca atraso de processo crítico ou estratégico.



Documento assinado eletronicamente por **João Felipe Gonçalves Domingues de Oliveira, Diretor(a) de Divisão**, em 22/09/2025, às 17:26 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **23628271** e o código CRC **1104AD9A**.